

PESCA ARTESANAL NO NORDESTE DO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

ARTISANAL FISHING IN NORTHEAST BRAZIL: CHALLENGES AND PERSPECTIVES

Jameson Soares De Moura¹

José Marcos Fontes Neto²

Vilck Farias Souza Ciriaco Mendes³

Maria Isabella Freitas Marquetti⁴

Milton Alexandre Holanda Melo⁵

Orivaldo Da Silva Lacerda Jr⁶

Resumo: A pesca artesanal no Nordeste brasileiro constitui uma prática tradicional essencial para a subsistência, identidade cultural e economia das comunidades costeiras. Contudo, encontra-se sob crescentes ameaças ambientais, territoriais, sociais e políticas. Este estudo, de caráter bibliográfico e exploratório, analisa os principais desafios enfrentados pela atividade, destacando os impactos da poluição marinha, degradação de habitats, mudanças climáticas, conflitos territoriais e vulnerabilidades socioeconômicas. Os resultados evidenciam que derramamentos de petróleo, expansão de empreendimentos industriais e turísticos, poluição por metais pesados e microplásticos têm comprometido os ecossistemas aquáticos, fragilizando a sustentabilidade da pesca artesanal.

1 Alunos do Ensino Médio da Escola Júlia de Melo de Cascavel - Ceará

2 Alunos do Ensino Médio da Escola Júlia de Melo de Cascavel - Ceará

3 Alunos do Ensino Médio da Escola Júlia de Melo de Cascavel - Ceará

4 Alunos do Ensino Médio da Escola Júlia de Melo de Cascavel - Ceará

5 Licenciatura em Química, especialista em Química e professor na Escola Júlia de Melo de Cascavel - Ceará

6 Doutor e professor na Escola Júlia de Melo de Cascavel - Ceará



Ademais, conflitos pelo uso de recursos e ausência de políticas públicas eficazes acentuam a marginalização social dos pescadores. Conclui-se que a pesca artesanal enfrenta um processo multifacetado de vulnerabilização, que demanda políticas públicas inclusivas, fortalecimento da governança comunitária, diversificação de atividades produtivas e valorização dos saberes tradicionais.

Palavras-chave: pesca artesanal; conflitos territoriais; mudanças climáticas; vulnerabilidade socioeconômica; políticas públicas.

Abstract: Artisanal fishing in Northeastern Brazil constitutes a traditional practice essential for the subsistence, cultural identity, and economy of coastal communities. However, this activity is increasingly threatened by environmental, territorial, social, and political factors. This bibliographic and exploratory study reviews and systematizes the main challenges faced by artisanal fisheries, emphasizing the impacts of marine pollution, habitat degradation, climate change, territorial conflicts, and socioeconomic vulnerabilities. The findings indicate that oil spills, the expansion of industrial and tourist enterprises, as well as pollution by heavy metals and microplastics, compromise the integrity of aquatic ecosystems and undermine the sustainability of artisanal fishing. Furthermore, disputes over resource use and the lack of effective public policies intensify the social marginalization of fishers. It is concluded that artisanal fishing faces a multifaceted process of vulnerability, which demands inclusive public policies, the strengthening of community governance, the diversification of productive activities, and the valorization of traditional knowledge.

Keywords: artisanal fishing; territorial conflicts; climate change; socioeconomic vulnerability; public policies.

Introdução

A pesca artesanal no Nordeste brasileiro é uma prática tradicional que desempenha um papel fundamental na subsistência de milhares de famílias, além de representar um importante componente cultural e econômico para as comunidades litorâneas. Caracteriza-se por técnicas de pesca de pequena escala, utilizando embarcações simples e métodos sustentáveis, adaptados às condições locais (SOUZA et al., 2024). No entanto, ao longo dos anos, diversas problemáticas têm afetado essa atividade, comprometendo sua sustentabilidade e a qualidade de vida dos pescadores artesanais.

Entre os principais desafios enfrentados pela pesca artesanal no Nordeste destacam-se a degradação ambiental e os conflitos territoriais. A expansão de empreendimentos industriais e turísticos tem invadido territórios tradicionais de pesca, gerando disputas e comprometendo os ecossistemas marinhos essenciais para a atividade pesqueira (TUPANCY, 2025). Além disso, mudanças climáticas e impactos ecológicos (BRASIL DE FATO, 2024), como aumento da temperatura da água (MELO, 2024; OLIVEIRA, 2010), eventos climáticos extremos (BRASIL DE FATO, 2024) e presença de microplástico (ESCROBOT et al., 2024) têm afetado a distribuição e abundância das espécies marinhas, impactando diretamente a pesca artesanal. Outro desafio relevante é a falta de políticas públicas eficazes; apesar de iniciativas como o Plano Nacional da Pesca Artesanal (PNPA), ainda existem lacunas na implementação de ações que atendam às necessidades específicas das comunidades pesqueiras, especialmente no que tange à demarcação de territórios e ao acesso a recursos e serviços (GOV.BR, 2025).

Para mitigar esses desafios, diversas políticas públicas foram implementadas ao longo dos anos. O PNPA, instituído pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, busca estabelecer diretrizes para o fortalecimento da pesca artesanal, com foco na ampliação da participação social e no reconhecimento dos territórios pesqueiros tradicionais (GOV.BR, 2025). Adicionalmente, programas de apoio à pesca sustentável, como o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS), visam promover a sustentabilidade da atividade pesqueira, monitorando e regulando as



práticas de pesca (Brasil, 2023).

O objetivo deste levantamento é revisar e sistematizar os principais problemas enfrentados pela pesca artesanal no Nordeste do Brasil, com base em artigos científicos, relatos institucionais e dados governamentais. Através dessa análise, busca-se fornecer subsídios para o aprimoramento das políticas públicas voltadas para a pesca artesanal, promovendo sua sustentabilidade e o bem-estar das comunidades pesqueiras (SOUZA et al., 2024; PEREIRA et al., 2022).

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e exploratória, seguindo os preceitos de Gil (2008), que define a pesquisa bibliográfica como aquela que se desenvolve a partir de material já elaborado, incluindo livros, artigos científicos, teses, dissertações, relatórios técnicos e documentos oficiais. Esse tipo de abordagem é adequado para a compreensão aprofundada de fenômenos complexos, como a pesca artesanal no Nordeste brasileiro, permitindo a análise de informações consolidadas e a construção de um referencial teórico robusto.

O levantamento bibliográfico foi realizado no período de fevereiro a setembro de 2025, abrangendo fontes nacionais e internacionais disponíveis em bases de dados científicas, periódicos especializados, relatórios de órgãos governamentais e não governamentais, além de publicações institucionais que abordam aspectos socioeconômicos, ambientais e culturais da pesca artesanal na região Nordeste. A seleção das fontes considerou critérios de relevância, atualidade e confiabilidade, priorizando estudos que discutem impactos das mudanças climáticas, políticas públicas, sustentabilidade dos recursos pesqueiros e os desafios enfrentados pelas comunidades costeiras.

A coleta de dados secundários envolveu uma busca sistemática utilizando palavras-chave relacionadas à pesca artesanal e aos principais problemas enfrentados pela atividade: poluição marinha, destruição de habitats, conflitos com atividades industriais e turísticas, vulnerabilidades sociais e impactos das mudanças climáticas. Após a identificação das fontes pertinentes, foi realizada uma

leitura crítica e análise categorizada do conteúdo, organizando as informações em tópicos temáticos para sintetizar tendências, lacunas de pesquisa e contribuições relevantes para o tema.

Conforme destacado por Gil (2008), a análise bibliográfica permite a síntese de informações, a interpretação crítica dos dados existentes e a fundamentação teórica necessária para o desenvolvimento de estudos posteriores, servindo como base para a compreensão do contexto da pesca artesanal no Nordeste brasileiro e subsidiando políticas públicas e estratégias de conservação e gestão pesqueira.

Principais Problemas Identificados

Impactos Ambientais na Pesca Artesanal no Nordeste do Brasil

A pesca artesanal no Nordeste do Brasil encontra-se sob intensa pressão de fatores ambientais que comprometem sua sustentabilidade e ameaçam a segurança alimentar das comunidades costeiras. Entre os principais condicionantes destacam-se a poluição marinha, a degradação de habitats naturais e os efeitos das mudanças climáticas, que em conjunto fragilizam os ecossistemas aquáticos e reduzem a resiliência socioeconômica das populações que deles dependem.

Poluição Marinha e Derramamentos de Petróleo

A poluição marinha constitui uma das mais graves ameaças à pesca artesanal na região. O derramamento de petróleo ocorrido em 2019 afetou mais de 200 praias distribuídas em 77 municípios do Nordeste brasileiro, incluindo Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia. O episódio resultou na contaminação de manguezais, na mortalidade de diversas espécies marinhas e na interrupção das atividades pesqueiras, comprometendo diretamente a subsistência de milhares de famílias (ARAÚJO et al., 2020).

Adicionalmente, a poluição decorrente de atividades urbanas e industriais acentua a degradação dos ecossistemas costeiros. O lançamento inadequado de efluentes e resíduos sólidos em

rios e manguezais, somado ao avanço imobiliário e à expansão urbana, compromete a qualidade da água e reduz a biodiversidade, afetando de forma direta a produtividade pesqueira artesanal (MARCO ZERO, 2024).

Nesse cenário, a degradação dos ecossistemas costeiros e marinhos emerge como um dos maiores desafios à reprodução social da pesca artesanal no Brasil. O avanço do neoextrativismo, materializado por projetos petrolíferos, agropecuários e turísticos, tem transformado de modo acelerado as paisagens ocupadas por comunidades tradicionais. Na Baía de Todos os Santos, por exemplo, quilombolas gaiamunzeiros denunciam que a expansão da infraestrutura voltada à exploração de petróleo e à pecuária compromete a integridade dos manguezais — ecossistemas essenciais para a reprodução do guaiamum (*Cardisoma guanhumi*) e para a manutenção dos modos de vida locais (BUTI, 2024).

Degradação de Habitats Naturais

A destruição de habitats naturais, como manguezais e recifes de corais, constitui um dos principais fatores de ameaça à sustentabilidade da pesca artesanal. Esses ecossistemas desempenham papel fundamental na manutenção da biodiversidade marinha e no suporte à produtividade pesqueira. Estudos apontam que o avanço de empreendimentos sobre territórios tradicionalmente utilizados por comunidades pesqueiras gera conflitos socioambientais e compromete diretamente áreas essenciais à atividade artesanal (ABA AGROECOLOGIA, 2023).

Um fator adicional de grande relevância está relacionado à poluição por metais pesados em ecossistemas estuarinos, ambientes reconhecidos como berçários naturais de diversas espécies marinhas. A presença desses contaminantes não apenas ameaça a biodiversidade aquática, como também coloca em risco a segurança alimentar das comunidades que dependem do consumo de moluscos e peixes capturados nesses espaços (REGINATO et al., 2025).

A esses impactos soma-se a gestão inadequada dos resíduos oriundos da própria atividade

pesqueira. No caso da captura de moluscos bivalves no Rio Grande do Norte, o descarte indiscriminado de conchas em terrenos baldios e áreas de manguezal tem gerado poluição visual e riscos sanitários, ao mesmo tempo em que contribui para a degradação dos habitats costeiros. Essa situação evidencia a ausência de políticas públicas eficazes e de alternativas sustentáveis para o reaproveitamento desses resíduos (LIMA; LOPES, 2016).

Adicionalmente, desastres ambientais de grande escala, como o derramamento de petróleo de 2019, agravaram a vulnerabilidade dos ecossistemas marinhos e estuarinos em todo o Nordeste. Mesmo em localidades não diretamente atingidas pelas manchas de óleo, a percepção de risco e a contaminação generalizada dos territórios pesqueiros comprometeram tanto o equilíbrio ambiental quanto a segurança alimentar das comunidades (OLIVEIRA; BEZERRA; SANTOS, 2024).

Dessa forma, a contínua degradação dos habitats pesqueiros fragiliza a base ecológica que sustenta a pesca artesanal, colocando em risco não apenas sua viabilidade econômica, mas também a reprodução social e cultural das populações costeiras.

Conflitos Territoriais e Uso de Recursos na Pesca Artesanal no Nordeste do Brasil

O avanço de empreendimentos turísticos e industriais sobre territórios tradicionalmente ocupados por comunidades pesqueiras tem intensificado disputas, ameaçando a autonomia desses grupos e restringindo o acesso a áreas historicamente destinadas à pesca. Estudo realizado em 2023 evidenciou que pescadores artesanais de diferentes regiões do Nordeste têm vivenciado conflitos com empreendimentos turísticos que invadem territórios pesqueiros tradicionais, comprometendo práticas culturais e modos de vida (NEVES; BARROS, 2023).

Paralelamente, a presença de embarcações industriais de grande porte que utilizam métodos predatórios compromete os estoques pesqueiros e dificulta a recuperação dos ecossistemas marinhos, tornando a manutenção da atividade artesanal cada vez mais vulnerável. Pesquisa recente identificou que esse tipo de exploração, marcada pela pesca predatória, impacta negativamente a biodiversidade

marinha e ameaça a sustentabilidade da pesca artesanal em diferentes localidades do Nordeste (CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES, 2024).

Os conflitos territoriais também decorrem da implantação de grandes projetos de infraestrutura, como portos, barragens e empreendimento petrolíferos. No litoral sul de Pernambuco, a expansão do Complexo Portuário de Suape gerou deslocamentos forçados e restringiu o acesso a áreas de pesca, levando muitos trabalhadores a recorrer ao emprego assalariado na indústria e nos serviços, o que resultou na descaracterização de seu modo de vida tradicional (CARVALHO NETO; SILVA, 2015). Situação semelhante ocorreu na Mesorregião do São Francisco, onde a construção das barragens de Sobradinho e Itaparica reduziu drasticamente os estoques pesqueiros e deslocou comunidades ribeirinhas e quilombolas. A perda das áreas de várzea, antes utilizadas para cultivo agrícola e reprodução de espécies aquáticas, comprometeu a segurança alimentar, conduzindo parte dos pescadores à agricultura de subsistência como alternativa (CARVALHO NETO; SILVA, 2015).

De acordo com estudos recentes, tais conflitos também se manifestam por meio da privatização de espaços públicos e da degradação ambiental, fenômenos que reduzem a disponibilidade de recursos naturais e reforçam a marginalização social dos pescadores, frequentemente excluídos dos processos decisórios sobre seus territórios (VIEIRA; FARIAS; SILVA, 2023).

Apesar das pressões, as comunidades pesqueiras têm desenvolvido estratégias de resistência e fortalecido suas formas de organização social. No litoral de Pernambuco, por exemplo, movimentos sociais articulam-se em defesa dos territórios pesqueiros, reivindicando reconhecimento de seus direitos e respeito às culturas tradicionais. Essas mobilizações reforçam a pesca artesanal como identidade territorialidades, construída a partir da relação simbiótica entre pescador, rio, mar e estuário (VALENCIO, 2010; DIEGUES, 2001, apud CARVALHO NETO; SILVA, 2015).

A resistência também se expressa na reivindicação por políticas públicas que reconheçam a multifuncionalidade da pesca artesanal, entendida não apenas como atividade econômica, mas igualmente como prática cultural e ecológica. Nesse sentido, a luta pelo território representa, simultaneamente, uma luta pelo direito à existência e pela preservação de modos de vida ancestrais.



Vulnerabilidades Socioeconômicas e Políticas Públicas na Pesca Artesanal no Nordeste do Brasil

A pesca artesanal no Nordeste brasileiro enfrenta desafios estruturais relacionados às vulnerabilidades socioeconômicas e à ausência de políticas públicas efetivas. A dependência quase exclusiva da pesca como fonte de renda, somada à escassez de alternativas econômicas, torna essas comunidades altamente suscetíveis a crises ambientais e conjunturas econômicas adversas. Estudo recente apontou que pescadores artesanais enfrentam dificuldades decorrentes da redução dos recursos pesqueiros e da falta de acesso a políticas públicas adequadas, o que intensifica sua condição de vulnerabilidade (BRASIL DE FATO, 2024).

As políticas públicas destinadas ao setor, embora necessárias, ainda apresentam limitações. Em 2025, foi aprovado o primeiro Plano Nacional da Pesca Artesanal, que estabelece diretrizes para os próximos dez anos. No entanto, sua efetiva implementação encontra barreiras, sobretudo quanto à inclusão de comunidades em situação de maior vulnerabilidade e à garantia de direitos territoriais historicamente reivindicados (GOV.BR, 2025).

Pesquisas realizadas em comunidades do litoral pernambucano revelam que essas vulnerabilidades assumem múltiplas dimensões, especialmente após o derramamento de petróleo de 2019 e no contexto da pandemia de covid-19. Entre os 1.259 pescadores e pescadoras entrevistados, predominavam mulheres, em sua maioria autodeclaradas pretas ou pardas, com idade média de 46 anos, baixo nível de escolaridade e inserção precoce no trabalho, por volta dos 14 anos (SOUZA et al., 2021). Esses dados evidenciam a sobreposição de desigualdades de classe, gênero e raça na pesca artesanal.

A exposição direta ao petróleo foi relatada por cerca de 70% dos entrevistados, que participaram das ações de limpeza das praias sem treinamento ou equipamentos de proteção adequados. Sintomas como cefaleia, dores articulares, insônia e irritações oculares foram recorrentes, e aproximadamente um terço dos pescadores apresentou critérios compatíveis com Transtorno de Estresse Pós-Traumático – TEPT (SOUZA et al., 2021).

Esses achados dialogam com análises laboratoriais que identificaram alterações metabólicas preocupantes. Em Cabo de Santo Agostinho, por exemplo, os níveis médios de malondialdeído (MDA) atingiram 20,2 μM , muito acima do valor de referência de 3,31 μM , indicando estresse oxidativo associado à exposição a contaminantes derivados do petróleo (OLIVEIRA et al., 2021).

Do ponto de vista socioeconômico, os impactos do desastre foram severos. A contaminação do pescado e a conseqüente queda nas vendas reduziram drasticamente a renda das famílias, ampliando a insegurança alimentar e levando parte das comunidades ao autoconsumo ou à busca por atividades alternativas de subsistência (SOUZA et al., 2021). A lentidão e a insuficiência da resposta governamental, tanto no acesso a auxílios emergenciais quanto na implementação de políticas específicas de saúde, reforçaram a percepção de abandono e de racismo ambiental, entendido como a associação entre desigualdade socioambiental e marginalização histórica das populações tradicionais (SOUZA et al., 2021).

As desigualdades de gênero também se destacaram. Marisqueiras relataram jornadas extenuantes, uso de instrumentos rudimentares e acesso limitado a políticas de apoio, elementos que ampliam sua vulnerabilidade e perpetuam barreiras sociais e econômicas (OLIVEIRA et al., 2021).

Apesar desse quadro adverso, as comunidades têm demonstrado capacidade de resistência e organização social. Iniciativas como a produção de cartilhas educativas, a realização de documentários e o fortalecimento da vigilância popular em saúde configuram estratégias de enfrentamento que reafirmam a identidade coletiva e a luta pela defesa dos territórios tradicionais (SOUZA et al., 2021). Essas práticas apontam que, embora expostas a processos de vulnerabilização, as comunidades pesqueiras constroem caminhos de resistência e buscam o reconhecimento de seus direitos.

Em síntese, a vulnerabilidade da pesca artesanal transcende os aspectos econômicos, abrangendo dimensões sociais, ambientais, de saúde e políticas. Esse cenário revela uma situação de injustiça socioambiental que exige respostas intersetoriais, ações reparatórias e a valorização dos saberes tradicionais, elementos indispensáveis para a construção de territórios saudáveis e sustentáveis.

Mudanças Climáticas e Seus Impactos na Pesca Artesanal no Nordeste do Brasil

As mudanças climáticas têm provocado transformações profundas nos ecossistemas marinhos, afetando diretamente a pesca artesanal no Nordeste brasileiro. Alterações nos regimes de marés, aumento da temperatura da água e ocorrência de eventos climáticos extremos comprometem a produtividade pesqueira e a segurança alimentar das comunidades costeiras (BRASIL DE FATO, 2024). Uma pesquisa abrangendo 16 estados brasileiros revelou que 97,3% das 450 comunidades pesqueiras participantes já percebem esses impactos, citando instabilidade das marés, aquecimento das águas e redução da diversidade de espécies (BRASIL DE FATO, 2024).

Entre os efeitos agravantes destaca-se a crescente contaminação por microplásticos (OLIVEIRA et al, 2023; ESCROBOT et al,2024) Estudos recentes identificaram resíduos plásticos em diversas espécies consumidas por pescadores artesanais, como ostras e mariscos no estuário do Rio Pacoti, no Ceará, representando riscos à saúde humana e à biodiversidade marinha (AGÊNCIA ECONORDESTE, 2024; ESCROBOT et al,2024). Esse fenômeno, aliado à degradação da qualidade da água e à diminuição da biodiversidade, amplia a vulnerabilidade socioeconômica das comunidades pesqueiras, que permanecem dependentes quase exclusivamente da atividade pesqueira para sua subsistência.

As mudanças climáticas também impactam a disponibilidade e a abundância dos recursos pesqueiros. A elevação da temperatura da superfície do mar, a intensificação dos ventos e as alterações no regime de chuvas afetam diretamente a captura por unidade de esforço (CPUE), reduzindo a produtividade e acentuando a precarização econômica dessas populações (Melo, 2024; Oliveira, 2010). Tais efeitos extrapolam a esfera ecológica, repercutindo no tecido social e cultural. O deslocamento de espécies, a alteração dos ciclos reprodutivos e a escassez de pescado comprometem práticas tradicionais, fragilizam identidades comunitárias e intensificam conflitos territoriais (Silva; Gomes, 2025).

Diante desse cenário, torna-se urgente o desenvolvimento de estratégias de adaptação que



fortaleçam a resiliência comunitária. A integração de dados meteorológicos e climáticos robustos à gestão pesqueira constitui uma medida relevante, permitindo maior previsibilidade sobre períodos de abundância ou escassez, o que auxilia na organização do esforço de captura e reduz riscos econômicos (MELO, 2024). A diversificação das atividades produtivas também é fundamental, pois diminui a dependência exclusiva da pesca e amplia a segurança socioeconômica das comunidades (OLIVEIRA, 2010).

No campo das políticas públicas, faz-se necessário implementar programas voltados não apenas para a segurança alimentar e a capacitação técnica, mas também para a proteção dos direitos territoriais das comunidades pesqueiras, frequentemente ameaçados pela sobreposição de interesses econômicos (SILVA; GOMES, 2025). Além disso, a valorização dos saberes tradicionais, quando articulada ao conhecimento científico, amplia a eficácia das medidas de adaptação e assegura maior legitimidade às práticas de manejo sustentável.

Portanto, os impactos das mudanças climáticas sobre a pesca artesanal configuram-se como um problema socioambiental que ultrapassa a esfera ambiental, exigindo respostas interdisciplinares e intersetoriais. A articulação entre ciência, políticas públicas e saberes tradicionais apresenta-se como caminho indispensável para garantir a sustentabilidade da pesca artesanal e a preservação dos modos de vida das comunidades costeiras.

Perspectivas e Propostas de Melhoria para a Pesca Artesanal no Nordeste do Brasil

A pesca artesanal no Nordeste brasileiro enfrenta desafios complexos que comprometem sua sustentabilidade e a segurança alimentar das comunidades costeiras. Para superar essas adversidades, é essencial adotar abordagens integradas que fortaleçam a governança local, implementem políticas públicas inclusivas e promovam práticas de pesca sustentável.

Fortalecimento da Governança Local

A participação ativa das comunidades pesqueiras na gestão dos recursos naturais é fundamental para garantir a preservação de seus territórios e modos de vida. O programa Povos da Pesca Artesanal, lançado pelo Governo Federal em 2023, visa fortalecer e promover o modo de vida das pescadoras e pescadores artesanais no território nacional. Este programa busca valorizar a gestão participativa dos recursos pesqueiros, a defesa dos territórios e a garantia da justiça socioambiental, com investimentos previstos de pelo menos R\$ 154 milhões para beneficiar 630 mil pescadores em todo o país (BRASIL, 2023).

Além disso, a implementação de acordos de pesca comunitários tem se mostrado eficaz na gestão sustentável dos recursos pesqueiros. Um exemplo é o acordo de pesca cametaense, formalizado em 2024 no Estado do Pará, que abrange mais de 60 comunidades pesqueiras em um território de aproximadamente 670 km². Esse modelo de gestão comunitária contribui para a conservação dos ecossistemas aquáticos e a promoção da segurança alimentar local (SOARES; SILVA; ALMEIDA, 2024).

Implementação de Políticas Públicas Inclusivas

A efetividade das políticas públicas voltadas para a pesca artesanal depende de sua capacidade de atender às especificidades das comunidades pesqueiras. Em 2024, foi aprovado o Plano Nacional da Pesca Artesanal, que estabelece diretrizes para a gestão integrada e sustentável da pesca artesanal no Brasil. Este plano busca garantir a preservação dos recursos pesqueiros, respeitar os conhecimentos tradicionais e promover a inclusão social e econômica das comunidades pesqueiras (BRASIL, 2024).

No entanto, a implementação dessas políticas enfrenta desafios, como o acesso limitado a linhas de crédito e a falta de infraestrutura adequada nas comunidades pesqueiras. Para superar essas barreiras, é necessário promover a capacitação técnica e gerencial dos pescadores artesanais, facilitar



o acesso a recursos financeiros e fortalecer as redes de comercialização sustentável dos produtos pesqueiros (MARANGATU, 2024).

Promoção de Práticas de Pesca Sustentável

A adoção de práticas de pesca sustentável é crucial para assegurar a conservação dos ecossistemas marinhos e a continuidade da atividade pesqueira artesanal. A Rede Marangatu, por exemplo, implementa polígonos territoriais determinados pelas próprias comunidades tradicionais como protótipos para gestão costeira e marinha. Essas áreas geográficas funcionam como instrumentos de governança que fortalecem a soberania das comunidades sobre seus territórios e promovem a conservação ambiental (MARANGATU, 2024).

Além disso, iniciativas de monitoramento participativo e educação ambiental têm sido fundamentais para sensibilizar as comunidades sobre a importância da conservação dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas marinhos. A integração entre saberes tradicionais e científicos contribui para o desenvolvimento de estratégias de manejo sustentável adaptadas às realidades locais (SOARES; SILVA; ALMEIDA, 2024).

CONCLUSÃO

A análise bibliográfica demonstra que a pesca artesanal no Nordeste brasileiro enfrenta um quadro complexo de pressões ambientais, sociais e políticas que ameaçam sua continuidade. Os impactos de derramamentos de petróleo, poluição por metais pesados, degradação de habitats e mudanças climáticas comprometem tanto a base ecológica dos ecossistemas costeiros quanto a segurança alimentar das comunidades pesqueiras. Somam-se a esses fatores os conflitos territoriais, a presença da pesca industrial predatória e a insuficiência de políticas públicas efetivas, que ampliam a vulnerabilidade socioeconômica dos pescadores artesanais.

Apesar desse cenário adverso, observa-se a capacidade de resistência e organização comunitária, manifestada em iniciativas de gestão participativa, acordos de pesca e práticas de monitoramento socioambiental. Tais estratégias revelam que a pesca artesanal deve ser compreendida não apenas como atividade econômica, mas como prática cultural e ecológica que sustenta modos de vida tradicionais. Portanto, a superação desses desafios requer políticas públicas integradas, intersetoriais e inclusivas, que reconheçam os direitos territoriais, valorizem os saberes tradicionais e promovam a sustentabilidade socioambiental. Somente assim será possível garantir a permanência da pesca artesanal como pilar de identidade, cultura e soberania alimentar das comunidades costeiras do Nordeste brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pelo apoio fundamental por meio do financiamento e da concessão de bolsa vinculada ao projeto “Análise da poluição e seus impactos na vida dos povos da pesca artesanal de uma comunidade em Fortim-CE e Beberibe-CE”, aprovado no Edital nº 06/2024 – Programa Jovem Cientista da Pesca Artesanal

REFERÊNCIAS

ABA AGROECOLOGIA. Conflitos e degradação ambiental na pesca artesanal. Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/revista/cad/article/download/18658/12945/86492>. Acesso em: 15 de março set. 2025.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS. Brasília: MPA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/cadastro-registro-e-monitoramento/monitoramento-da-aquicultura-e-da-pesca-1/preps-1>. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. Plano Nacional da Pesca Artesanal. Brasília: Governo Federal, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/pesca/plano-nacional-da-pesca-artesanal>. Acesso em: 30 julho. 2025.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. Programa Povos da Pesca Artesanal. Brasília: Governo Federal, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/programa-povos-da-pesca-artesanal-completa-2-anos-de-atividade-pelo-pais>. Acesso em: 21 set. 2025.

BRASIL DE FATO. Mares instáveis, peixes escassos: pescadores lidam há décadas com impactos da crise climática. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/04/01/mares-instaveis-peixes-escassos-pescadores-lidam-ha-decadas-com-impactos-da-crise-climatica>. Acesso em: 5 agosto. 2025.

BRASIL DE FATO. Vulnerabilidade socioeconômica das comunidades pesqueiras artesanais no Nordeste do Brasil. São Paulo: Brasil de Fato, 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/15/vulnerabilidade-socioeconomica-das-comunidades-pesqueiras-artesanais-no-nordeste-do-brasil>. Acesso em: 5 de abril. 2025.

BUTI, R. P. A retomada dos guaiamuns: pesca artesanal, infraestrutura neoextrativista e renascimento ecológico quilombola na Baía de Todos os Santos. *Revista de Antropologia*, v. 67, e210441, 2024. DOI: 10.11606/1678-9857.ra.2022.210441.

CASEMIRO, M. B. et al. Serviços e benefícios ecossistêmicos da pesca artesanal marinha em São Gonçalo do Amarante – Ceará. *Revista Tocantinense de Geografia*, v. 14, n. 32, p. 1-15, jan./abr. 2025.

Cristiano, M. E. de A.; Ramalho, W. N.; Melo, P. W. de. Pescadores artesanais, consumidores e meio ambiente: consequências imediatas do vazamento de petróleo no Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 36, no. 1, 2020.

ESCROBOT, M.; PAGIORO, T. A.; MARTINS, L. R. R.; FREITAS, A. M. de. Contaminação por microplásticos em praias arenosas no Brasil: uma revisão sistemática. *Oecologia Australis*, v. 27, n. 3, p. 52331, 2023. DOI: <https://doi.org/10.4257/oeco.2023.2703.02>. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oa/article/view/52331>. Acesso em: 20 set. 2025.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOV.BR. Pescadores e pescadoras aprovam primeiro Plano Nacional da Pesca Artesanal. Brasília: Governo Federal, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/pescadores-e-pescadoras-aprovam-primeiro-plano-nacional-da-pesca-artesanal>. Acesso em: 13 Fevereiro. 2025.

GOV.BR. Plano Nacional da Pesca Artesanal. Serviços e informações do Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/pesca/plano-nacional-da-pesca-artesanal>. Acesso em: 30 agosto. 2025.

LIMA, G. F.; LOPES, R. L. Impactos ambientais dos resíduos gerados na pesca artesanal de moluscos bivalves no Distrito de Patané/Aréz-RN. HOLOS, v. 32, n. 4, p. 206-216, 2016. DOI: 10.15628/holos.2016.3668.

MARANGATU, Rede. Inovação na Gestão Costeira e Marinha: articulação de conhecimentos tradicionais e científicos para governança e soberania de dados com protagonismo de Povos e Comunidades Tradicionais. 2024. Disponível em: <https://www.otss.org.br/post/inovacao-na-gestao-costeira-e-marinha-como-a-rede-marangatu-articula-conhecimentos-tradicionais-e-cientificos-para-governanca-e-soberania-de-dados-com-protagonismo-de-povos-e-comunidades-tradicionais>. Aceso em 02 de abril de 2025.

MARCO ZERO. Poluição e hidronegócios ameaçam tradição e sustento da pesca artesanal no Recife. Disponível em: <https://marcozero.org/poluicao-e-hidronegocios-ameacam-tradicao-e-sustento-da-pesca-artesanal-no-recife/>. Acesso em: em 20 de julho de 2025

MELO, S. G. A. C. Situação da pesca artesanal em Pecém-CE (2019-2022): implicações climáticas sobre a captura e atividade pesqueira. Dissertação (Mestrado em Ciências Climáticas) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

OLIVEIRA, A. A. Pesca artesanal e mudanças climáticas: impactos e perspectivas de adaptação no litoral brasileiro. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

OLIVEIRA, J. P. G.; BEZERRA, A. C. V.; SANTOS, S. L. Derramamento de petróleo e a reprodução social da saúde de pescadores artesanais no Nordeste brasileiro. Hygeia, v. 20, e2033, 2024. DOI: 10.14393/Hygeia2069771.



OLIVEIRA, L. M. S. et al. Exposição ao petróleo e biomarcadores de estresse oxidativo em comunidades pesqueiras de Pernambuco. *Revista Brasileira de Saúde Ambiental e Ocupacional*, v. 46, n. 2, p. 55-72, 2021.

PEREIRA, R. et al. Conflitos socioambientais e pesca artesanal no Nordeste do Brasil. *Revista ABA*, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aba/a/BzvLq9jZk6d>. Acesso em: 15 de janeiro de 2025.

PROST, C. Ecodesenvolvimento da pesca artesanal em região costeira – estudos de caso no Norte e Nordeste do Brasil. *GeoTextos*, v. 3, n. 1-2, p. 139-169, 2007.

REGINATO, B. C. et al. Contaminação por metais pesados em ecossistemas estuarinos: impactos ecológicos e o uso de bivalves como indicadores ambientais. In: BAGAI, Editora. *Estuários*. Joinville: Bagai, 2025.

SANTANA, M. T. F. Cenário socioeconômico da pesca artesanal após derrame de óleo – 2019: uma perspectiva do litoral sul de Pernambuco. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Oceanografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.

SILVA, C. E. L. S. Pesca artesanal de peixes vermelhos entre o litoral do Ceará e Piauí: etnoconhecimento e avaliação de estoque como subsídio para a conservação. Tese (Doutorado em Ciências Marinhas Tropicais) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

SILVA, R. A.; GOMES, T. F. Mudanças climáticas e comunidades pesqueiras: vulnerabilidades e estratégias de adaptação no Nordeste do Brasil. *Revista de Estudos Ambientais*, v. 27, n. 2, p. 115-134, 2025.

SOARES, J. A.; SILVA, M. L.; ALMEIDA, R. S. Transformando o manejo comunitário da pesca artesanal de Cametá. *Revista Aracê*, v. 6, n. 2, p. 1034-1049, 2024. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/download/683/1012/2624>. Acesso em 15 de janeiro de 2025.

SOUZA, L. et al. Vulnerabilidades socioambientais na pesca artesanal: desafios e conquistas para territórios saudáveis e sustentáveis em Pernambuco. *S&DEB*, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/pFnmk9JSRnd8MhB7Cg6XtbL/?lang=pt>. Acesso em 20 de maio de 2025.

SOUZA, R. M. et al. Desastre do petróleo e vulnerabilidades sociais: impactos na saúde e no trabalho

de pescadores artesanais no Nordeste do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 12, p. 6067-6078, 2021.

TUPANCY. Pescadores artesanais priorizam demarcações em 1º Plano Nacional. 2025. Disponível em: <https://tupancy.com.br/noticia/1830571/pescadores-artesanais-priorizam-demarcacoes-em-lo-plano-nacional>. Acesso em 10 de Setembro de 2025.

